

## Documento-quadro das Jornadas

### Resistências ao modelo dominante desde a diversidade sexual e de género



#### Um desafio e uma necessidade

O desejo de muitas pessoas e organizações que trabalham na área da cooperação para o desenvolvimento e a educação para a transformação social é fazer deste mundo um lugar mais habitável face aos modelos dominantes que de forma constante excluem e cometem graves violações dos nossos direitos. Além disso, estamos num momento em que um número crescente de instituições e ONGs incorporam este desejo para o campo da diversidade sexual e de género.

As convocatórias de algumas instituições públicas, alguns projetos de cooperação, a maior visibilização da violência continuada contra pessoas e coletivos LGBTBI (lésbicas, gays, transexuais, bissexuais e intersex), a realização de seminários, etc. mostram que a diversidade sexual e de género aparece como uma questão emergente que começa a ter relevância.

Abrir-se a estas questões traz novos desafios na realização de uma cooperação crítica, desejável contra um modelo hegemónico de desenvolvimento neoliberal, heteronormativo e etnocêntrico.

A incorporação da diversidade sexual e de género em projetos e processos promovidos tanto pelas ONGD como pelas instituições através das suas políticas, pode tornar-se outro elemento de discriminação e neocolonialismo mesmo que apenas seja tomado em consideração um modelo único e universal para abordar esta diversidade. É por isso que esta incorporação traz consigo um desafio que por sua vez é uma necessidade: superar a perceção clássica do sistema sexo-género que tem sido útil ao longo de muitos anos e tem sido utilizada em numerosos projetos, programas e políticas organizacionais. Uma perceção que exclui e deixa de fora muitas pessoas porque não se encaixam em sua lógica binária e heterossexista e não se identificam com as suas rígidas expectativas.

---

\* El equipo Nahia lo formamos ALDARTE, Centro de atención a Gays, Lesbianas y Transexuales, la Comisión de ayuda al Refugiado en Euskadi (CEAR-Euskadi) e INCYDE, Iniciativas de Cooperación y Desarrollo.

O objetivo deste documento é oferecer algumas reflexões sobre os corpos e os desejos que possam servir para abordar a análise desta perspectiva clássica dos géneros. É proposta uma discussão que, embora esteja em contínua construção, é o eixo das Jornadas “**Resistências ao modelo dominante desde a diversidade sexual e de género**” organizadas pela Agência Basca de Cooperação para o Desenvolvimento e a Área de Igualdade, Cooperação, Convivência e Festas da Câmara Municipal de Bilbao.

## 1. Fazendo mapas dos corpos e dos desejos

**A sexualidade é o sistema que regula os nossos corpos e os nossos desejos.** Esta regulação é feita **num contexto social** que segue **um modelo dominante: neoliberal, etnocêntrico e heteronormativo** cuja capacidade de influenciar concretiza-se em grandes questões globais e planetárias mas também nas nossas vidas diárias.

A sexualidade regula os **nossos corpos e os nossos desejos** sob uns moldes normativos, globais e excludentes onde a diversidade não é contemplada e onde não escapam às influências deste modelo dominante que adota a **heteronormatividade e o binarismo de género como eixos básicos do seu funcionamento**. Os desejos e os corpos são vistos, exclusivamente, sob uma realidade determinada por diretrizes já marcadas anteriormente.

**O matrimónio, a reprodução e o amor romântico têm sido as justificações históricas da sexualidade e ainda hoje** continuam a **condicionar as nossas perceções** do que, em relação às **práticas sexuais** que temos, é **mais ou menos legítimo**, melhor ou pior. O caminho entre a sexualidade “boa” e a “má” avança desde o matrimónio ou o sexo por amor, transita através das relações sexuais esporádicas, com pessoas do mesmo sexo, de fora do âmbito do casal, e chega no extremo do “mal” ao fetichismo, o sexo por dinheiro, o travestismo, etc.

**As hierarquias sexuais geram relações de poder na sociedade.** As pessoas que estão no topo da hierarquia são recompensadas com a legalidade, a mobilidade física e social, o apoio institucional, os benefícios materiais e o reconhecimento da saúde mental “adequada”. As pessoas que estão mais abaixo (gays, lésbicas, transgénero, profissionais do sexo, travestis...) são excluídas e consideradas como anormais, perigosas, violentas, doentes ou pecaminosas e, portanto, muitas vezes, enfrentam a exclusão social e económica e são excomungadas, presas, violentadas ou assassinadas.

**As pessoas somos mais diversas que diferentes. A diversidade é a nossa riqueza e uma das certezas às que nos podemos acolher.** Diversidade que poderia ser considerada não apenas em relação à nossa sexualidade mas também ao nosso género. Uma diversidade que abranja a vasta gama de identidades, expressões ou experiências que as pessoas podemos ter sobre o nosso género, quer aquelas que cumprirem com os estereótipos tradicionais quer aquelas que se desviam ou não se adscvem a eles. Uma

diversidade que, ao mesmo tempo que a sexualidade, nos faça perceber o gênero como algo em constante movimento onde as pessoas podemos colocarnos num processo contínuo de múltiplas possibilidades: homens femininos, transgêneros, homens masculinos, mulheres masculinas, transexuais, travestis, drags, queers, mulheres femininas, homens gays, transexuais, lésbicas, hijras, crianças com gêneros diversos, flexíveis e criativas, etc.

Esta pluralidade de gêneros, normalmente, não vista na nossa sociedade já que a mesma está organizada em **dois sexos e dois gêneros dicotômicos complementares, excludentes e hierarquizados: macho-fêmea, masculino-feminino, homem-mulher**. Esta organização social baseia-se numa estrutura de poder, onde a desigualdade das mulheres em relação com os homens é muito forte, uma questão que gera situações frequentes de invisibilidade, violência e discriminação contra as mulheres, consideradas em muitos níveis como cidadãos de segunda classe. Vivemos um gênero muito normativo.

**O gênero normativo** é o **processo** pelo qual **adquirimos aqueles atributos, comportamentos e subjetividades que a nossa sociedade define como próprios da feminidade e masculinidade, o comportamento e a subjetividade** dependendo se somos mulheres ou homens. O sistema sexo-gênero permite conhecer um modelo de sociedade em que se explica como a sexualidade biológica tem-se tornado em desigualdade entre homens e mulheres, sendo elas as mais desfavorecidas neste processo. Permite compreender as relações de subordinação e dominação existente entre homens e mulheres afastando a ideia de que o sexo em si próprio seja a causa dessas desigualdades mas são pelo contrário as posições de gênero socialmente construídas.

É, portanto, assumido que com base no sexo biológico construi-se o gênero, que seria uma categoria social. Reproduz-se uma dicotomia entre natureza e cultura, isto é, parte-se do princípio de que o sexo é o natural, o biológico, o inquestionável e o imutável, e o gênero é o construído com base nesse sexo e, portanto, o que pode ser alterado. **A perspectiva de gênero que se aplica a tantos projetos**, como por exemplo, no âmbito das políticas de Desenvolvimento, **baseia-se nesta abordagem teórica**. Abordagem apenas isenta de **limitações**:

- **Porque é binária:** apenas inclui dois sexos (fêmea – o feminino. e macho-o masculino-) e dois gêneros (homem e mulher) e também com base neste binarismo faz-se uma atribuição muito estrita de gêneros ao nascer. Se você for fêmea terá atribuído o gênero mulher, se for macho terá atribuído o gênero homem. E não há mais; presume-se que com esta atribuição temos de ficar toda a nossa vida.
- **Porque tende ao heterossexismo** incluindo apenas neste esquema binário, um desejo, o heterossexual, assumindo que a mulher serão atraída pelo homem e vice-versa. É uma estrutura exclusiva e discriminatória.

- **Porque é biologicista e naturaliza tanto o sexo como o género:** Entende que o sexo é a parte biológica, é dizer, aquilo com o que se nasce e o género é o lado cultural, a construção que fazemos sobre o feminino e o masculino. Os corpos considerados femininos serão atribuídos ao género mulher e socializados como tais. O mesmo acontece com os masculinos que serão atribuídos e socializados como homens.

Verifica-se uma tendência para a simplificação desta abordagem teórica, por isso, a ideia de que nascemos com um género de partida (nascemos homem ou mulher) é socialmente muito generalizada. A consequência é que o papel da cultura na construção não apenas do género, mas também do sexo, pode ser ignorado obviando o fato de que rotular alguém como fêmea ou macho é uma decisão social e que o sexo não é uma categoria puramente física visto que os corpos que a sociedade define como femininos ou masculinos são influenciados pelas nossas concepções do género.

**A consequência mais imediata de cómo está estruturado este sistema sexo-género é as exclusões que realizamos ao não considerar a diversidade sexual e de género que temos as pessoas.** Seguindo esta lógica binarista, heterossexista e biologicista podem ser excluídas: 1) as pessoas que não são heterossexuais; 2) as pessoas que não nascem com uma genitalidade “suficientemente clara” para ser consideradas de sexo feminino e masculino e em consequência poder-lhe atribuir muito claramente um dos dois géneros; e 3) aquelas pessoas que habitam um género contrário a aquele atribuído de nascimento ou que desejam ter vários ou nenhum.

**A partir da compreensão do género como construção social questionamos as masculinidades e as feminidades aprendidas para reconstruí-las.** Aprendemos a quebrar o binómio entre os sexos e os géneros que correspondem dentro de um determinado esquema supostamente natural. Detetamos os mecanismos de hierarquia e opressão entre as categorias homem-mulher, denunciando a situação que vivem as mulheres e fazendo reivindicações democráticas para conseguir a igualdade, a visibilidade da mulheres como sujeito político e a denúncia da opressão das mesmas.

**E assim, a partir desta grande bagagem, o desafio é continuar este caminho de aprendizagem. Cabe-nos agora repensar o sistema sexo-género sem ter que viver como uma ameaça os desafios** que nos interpela a inclusão da diversidade sexual e de género. Então, pode-se revelar a discriminação contra as mulheres e também a discriminação contra aqueles que adotam **formas, sentimentos, desejos ou comportamentos do género não atribuído**

**As expressões e as identidades não regulamentares do género –** aquelas que quebram as regras estabelecidas, como a “transexualidade” e o “transgénero” – **conduzem ao questionamento da identidade de género como algo sujeito a duas categorias únicas e opostas, homem ou mulher, para reivindicar os géneros, no plural, como algo múltiplo.** Envolve(m) 1)

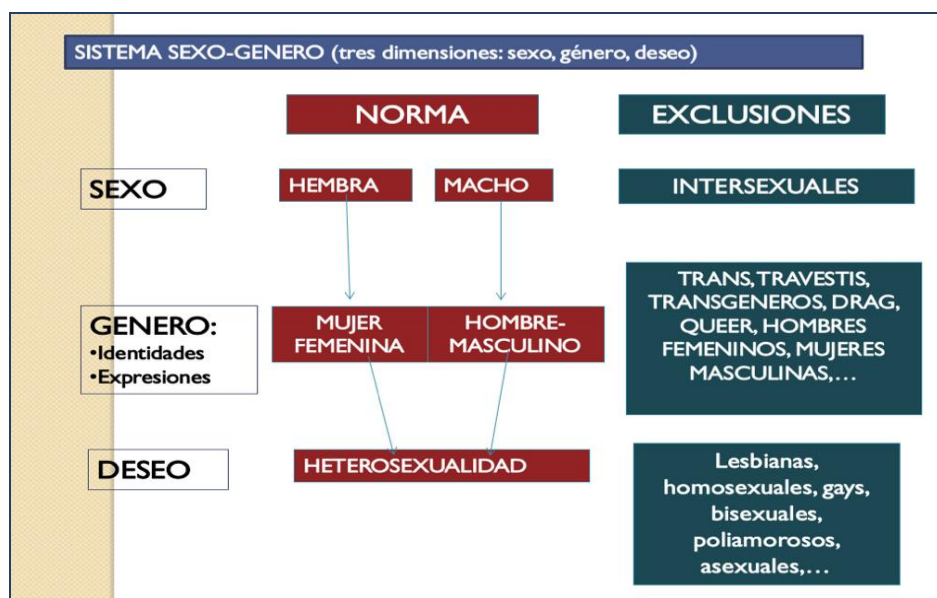
rever a prática e a moral de muitos acordos sociais explícitos e implícitos ou inconscientes sobre questões, arranjos e instituições básicas das nossas vidas e da nossa sociedade que vão desde a cor e o vestuário que correspondem a cada sexo-género ou que fila formar na escola até qual banheiro público utilizar, etc. e 2) posicionar-se contra as definições clínicas e patologizantes das pessoas que não assumem ou não concordam com as atribuições de género que lhes foram dadas no nascimento com base numa configuração de um corpo nomeados segundo os padrões estabelecidos.

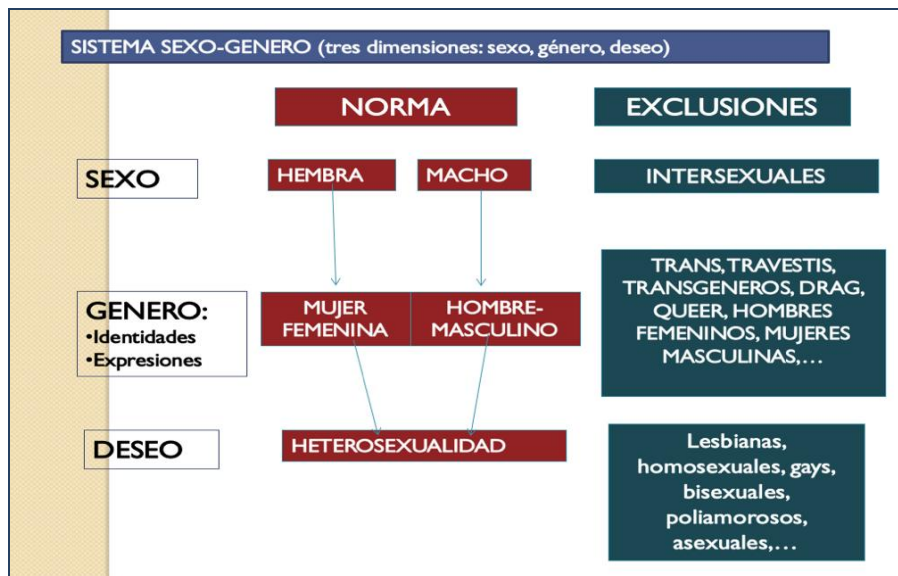
Bem como é necessário adotar a perspectiva da diversidade de género, também é igualmente importante reconsiderar os significados que damos à ideia da diversidade sexual, questão que diz respeito a todas as pessoas, sejam ou não sexualmente “regulamentadas”. **A diversidade sexual vai além do que hoje é conhecido como LGBTBI**, envolvendo todos e todas. A diversidade não é uma questão de pessoas “afetadas pela homossexualidade ou transexualidade” e não só existe quando “estamos” ou cremos estar “diante um caso”. A diversidade existe sempre (quer seja visível quer não)

**É por isso que a LGTBIfobia diz respeito a todas as pessoas e não só às lésbicas, gays, transexuais, bissexuais ou intersexuais e trabalha pressionando para limitar a pluralidade das sexualidades que podemos viver e de géneros que queremos habitar.** A LGTBIfobia é também a violência concreta que pune as pessoas que decidem quebrar a norma social para viver com o género diferente do que têm atribuído ou a sexualidade que lhes está proibida pelas leis ou tradições culturais e religiosas. Muitas pessoas **lésbicas, gays e trans** defrontam-se nas suas vidas e **todos os dias com graves violações dos seus direitos humanos.**

Quase sem perceber ou darmos conta, houve muitas exclusões de setores oprimidos pelo patriarcado e pelo sistema sexo-género normativo. É preciso reconhecer e tomar consciência destas exclusões e incorporar esses setores no nosso trabalho. **Isso nos permitiria fazer um trabalho mais inclusivo e radical, entendendo por radical aquilo que vai à raiz do problema, o seja, a raiz do sistema que sustenta essas opressões.**

*Elaboração própria a partir de Miquel Missé (2014)*





## 2. Ou todo o mundo goza ou aqui ninguém o fai..... Por um desenvolvimento não normativo

A chamada crise económica está a desmantelar um estado de bem-estar, onde as pessoas e as suas necessidades parecem ser o menos importante quando os recursos e serviços sociais são recortados por critérios puramente económicos com base na ganância e falta de solidariedade: quando se provoca o empobrecimento generalizado da maioria social; e quando uma Europa blindada limita o acolhimento e o direito de asilo para as pessoas refugiadas.

O modelo dominante, que é o gerador de tal crise sistêmica, tem, como já mencionado acima, **três atributos**: é **neoliberal**, é **etnocêntrico** e, também, é **heteronormativo**. Três características que **se cruzam na vida, corpos e desejos** das pessoas e comunidades em todo o planeta. Tradicionalmente as instituições e ONGD do nosso meio têm abordado questões relacionadas com as desigualdades sociais, económicas, culturais e de género. No entanto, a maioria não tem abordado as relacionadas com a diversidade sexual e de género. É de observar que **não incorporaram a heteronormatividade** e as suas consequências como elementos nas suas análises e estratégias de trabalho, ligando-a com questões económicas, culturais e sociais.

A heteronormatividade é uma **abordagem ideológica** que se refere a um conjunto de relações de poder através da qual a sexualidade e o género são padronizados e regulamentados na nossa cultura. Não apenas implica um preconceito contra a homossexualidade, mas também inclui questões de raça, classe ou práticas sexuais. Assim as relações heterossexuais idealizadas (em parêntese, por amor, com filhos/as...) são institucionalizadas, permeando as estruturas sociais, legais, culturais e económicas através das quais ficam excluídas, discriminadas e penalizadas as pessoas com sexualidade ou géneros não normativos.

É necessário aprofundar as razões pelas quais esta questão tem sido, geralmente, afastada das agendas de Cooperação no Estado espanhol. As teorias feministas têm-se esforçado ao longo destas décadas para resgatar a sexualidade do âmbito privado levá-la à esfera do público e político, e, no entanto, ainda é considerada sem ter relação a nível político, a nível público, a nível de construção de cidadania e de democracia. No âmbito da Cooperação continua a ser uma questão silenciada e da que não formular perguntas, excluindo dos processos de mudança e transformação social a diversidade sexual e de género e evitando a sua capacidade de incidência e o reconhecimento dos coletivos da diversidade sexual como **sujeitos políticos**.

Tradicionalmente, a Cooperação aborda a **sexualidade a partir das limitações ou deficiências e como problema**. Por exemplo, no caso de projetos relacionados com a saúde reprodutiva das mulheres – limitando a sexualidade à reprodução – e os relacionados com as doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV-AIDS, identificando assim a sexualidade com os riscos que podem ser contraídos através das práticas sexuais.

A nossa sociedade progrediu nas políticas sociais e legais sobre os Direitos LGTBI. No entanto, deve notar-se que este avanço se fez a partir de uma ótica normativa e integradora no sistema dominante, excluindo corpos e desejos não normativos. Apresenta-se um modelo LGTBI próprio das democracias liberais e que não rompe com a heteronormatividade nem com o seu binarismo implícito de homem-mulher ou heterossexual-homossexual. Assim, as imagens que se mostram são de um Norte em que os direitos humanos da diversidade sexual e de género são respeitados (embora a realidade esteja longe da mesma) e de um Sul em que estes direitos são sistematicamente violados (questão que também não é totalmente certa)

Nos meios de comunicação e nas redes sociais os países do Sul, em geral, e determinados países de África e Médio Oriente, em particular, são apresentados como “primitivos”, enquanto as democracias liberais do Norte são apresentadas como um lugar onde esses direitos estão garantidos. Os países do Sul apresentam-se como lugares onde é perigoso viver livremente essa diversidade. Assim, a partir de uma lógica neocolonial, levam-se a cabo propostas de cooperação através de projetos de diversidade sexual e de género etnocêntricos e normativos. Em suma, uma **Cooperação que responde a um modelo dominante de viver e gozar da diversidade sexual e de género**.

Face ao referido modelo, **no Sul surgem iniciativas alternativas e próprias que**, como os estudos pós-coloniais apresentam, entre outras questões, a necessidade de ter em conta as realidades locais e as diversidades sociais e culturais de cada sítio.

Se desde as políticas de Cooperação não se quer reproduzir novas formas de colonialismo, mas aprofundar nos direitos das pessoas e dos povos, pode levantar-se a questão de trabalhar a sexualidade desde os desejos das pessoas, de acordo com os seus contextos e formas de organização, trabalhando junto com elas para construir as suas próprias opções de corpos e



relações. Um desafio em que nos encontramos as pessoas tanto do Norte como do Sul: os direitos ligados a ter a preferência sexual que quiser ou a habitar o género que quiser sem serem considerados como direitos de segunda categoria ou adiados a outros direitos aparentemente prioritários.

Assim, será possível trabalhar em Cooperação a partir dessa diversidade sexual e de género não-normativa como uma **forma de resistência e organização** ao modelo dominante e como **fator de mudança social**, ligando estratégias, lutas e desafios entre pessoas e organizações do Norte e do Sul, atendendo às realidades e formas de organização de cada realidade concreta.

Esta perspetiva coloca **alguns desafios em diferentes níveis:**

- **Dentro das organizações sociais:** quais são os modelos de organização, de participação na tomada de decisões, diálogos e propostas inclusivas. ..
- **Relativamente às alianças que devem ser tecidas:** Imaginar propostas e levar a cabo ações junto com organizações que trabalham diretamente a diversidade sexual e de género. construindo cumplicidades que fortaleçam as pessoas e organizações que trabalham no âmbito da diversidade sexual e de género como sujeitos políticos.
- **Nos projetos que se levem a cabo:** através de processos específicos sobre diversidade sexual e de género, bem como através de processos nos que esta diversidade é contemplada transversalmente.
- **Incidindo nas políticas públicas,** tanto do Norte como do Sul.

Em suma, trata-se de procurar que todo o mundo possa disfrutar, viver com dignidade, para o que se podem imaginar **alternativas de desenvolvimento não-normativas: nem neoliberais, nem etnocéntricas nem heteronormativas.** Parece que no âmbito da Cooperação, as instituições e ONGD excluíram possivelmente sem má intenção, uma parte das pessoas ou unhas determinadas dimensões.

### 3. A cumplicidade dos desejos: desafios partilhados

Se queremos participar nesta dança, é necessário ir **tecendo cumplicidades** entre pessoas, organizações e instituições do Norte e do Sul. Norte y del Sur. A diversidade sexual e de género é um **desafio comum e não sem riscos.**

Existem diversas experiências, no Norte e no Sul, de organizações que estão incorporando desde há muito tempo esta diversidade nos seus processos, quer através de **ações específicas** quer **transversalmente.** Da **América Latina** nos chegam reflexões e propostas pós-coloniais que avançam novas formas de entender o **lesbofeminismo** e também a incorporação da **diversidade sexual e de género nos processos organizacionais.** Da **Europa** encontramos os espaços que se abrem cada vez mais nas propostas de solidariedade **a partir da Cooperação,** a incorporação da referida diversidade às **normativas das instituições públicas** ou de organizações que levam a cabo **projetos conjuntos com organizações do Sul.** . A partir do diálogo entre o **queer e o ambiente muçulmano** ou a partir do **contexto palestino e LGTBI.**



**Não são as únicas experiências** que existem mas **uma amostra** dos passos que estão a ser tomados na hora de visibilizar os coletivos da diversidade sexual e de género como um sujeito político com os quais contar na hora de imaginar e implementar processos alternativos de Desenvolvimento.

A diversidade sexual e de género está de atualidade nas agendas internacionais do Desenvolvimento. Como já mencionado, a partir do modelo dominante utiliza-se como um novo **argumento neocolonial**, reforçando a ideia de um Sul primitivo que necessita da intervenção do Norte através de projetos normativos de Cooperação. É unha dinâmica na que também estão envolvidos alguns governos do Sul através da implementação **de políticas estéticas como o pinkwashing ou o homonacionalismo que**, longe da realidade social, cultural ou de crenças, não são concretizadas em propostas alternativas dos direitos humanos. Mesmo, como no caso de Israel, pode-se chegar até a utilizar a diversidade sexual e de género como parte da campanha internacional de legitimação contra Palestina espalhando que, enquanto as/os primeiros respeitam e protegem aqueles que vivem essa diversidade, as/os segundos destroem-na.

A Cooperação que deseja continuar a transitar por caminhos alternativos acha na política sexual e de género não-normativa o desafio de tornar mais complexas as suas propostas e de articular-se junto com outras e outros sujeitos, na construção de outros modelos mais humanos.

Caminhada complexa. Mas ninguém disse que era fácil aprender novas danças nem que o desejo era fácil. Dialoguemos, desaprendamos, identifiquemos os preconceitos, abramo-nos ao encontro. Que comece a música!

#### 4. Para aprofundar

AA.VV. (2014): *LURRERATUZ. Pousando os desejos esquecidos. A perspectiva de género e de diversidade sexual na Cooperação para o Desenvolvimento, a Educação para a Cidadania Global e a defesa dos direitos humanos das pessoas imigrantes e refugiadas*. Ed. Nahia.

AA.VV. (2013):. *Os desejos esquecidos. A perspectiva de género e de diversidade sexual na Cooperação para o Desenvolvimento, a Educação para a Cidadania Global e a defesa dos direitos humanos das pessoas imigrantes e refugiadas*. Ed. Nahia.

COLL-PLANAS, Gerard:(2013) *Desenhando o género*. Ed. Egales.

AA.VV. (2015): *Diversidade sexual e identidade de género* em Revista GALDE nº 10.

[www.galde.eu](http://www.galde.eu).

FAUSTO STERLING, Anne(2006):*Corpos sexuados* . Ed. Melusina.

JOLLY, Susie (2000): *para que serve a teoria do queer no desenvolvimento?* Queering Development. Seminar Series – Session 3: 3rd February 2000. Discussion Paper. Ed. Institute of Development Studies. Sussex University, Reino Unido.

[www.ids.ac.uk/files/dmfile/jollytalk.pdf](http://www.ids.ac.uk/files/dmfile/jollytalk.pdf)

LYNCH, Andrea (2009): *A sexualidade e o relatório da indústria do desenvolvimento*. Ed. Institute of Development Studies. Sussex University, Reino Unido.

<http://www.ids.ac.uk/index.cfm?objectid=5DD69A20-D415-4CEF-261DFCFB9B017CCF>

MISSÉ, Miquel y COLL-PLANAS, Gerard (eds.)(2010): *O género confuso: críticas ao redor da patologização da transexualidade*. Ed. Egales.

SEGUER, Lucía (2014):“Da normatividade queer na construção da nação à resistência política queer: um debate sobre a relação Israel-Palestina” em *Universitas humanística*, nº 78, p. 261-280.

<http://www.redalyc.org/html/791/79131632012/index.html>